Quero entrar na UFFS: ações afirmativas

Ellen da Silva do Nascimento¹

Rovian Palavicini²

Thiago Ingrassia Pereira³

No ano de 2012 foi sancionada a Lei nº 12.711/2012 tornando obrigatória a reserva de pelo menos 50% das vagas ofertadas nas instituições federais para um público cotista composto por estudantes oriundos da escola pública e ramificando-se para fatores de renda e etnia. Em meio a este cenário, desde 2012, o grupo Práxis – PET Conexões de Saberes ligado à Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) *Campus Erechim*, na parte de extensão, desenvolve anualmente uma atividade denominada “Quero entrar na UFFS”. Tal atividade desdobra-se na realização de oficinas nas escolas públicas pertencentes a 15º Coordenadoria Regional de Educação (CRE) e tem por finalidade dialogar com os estudantes que compõe os anos finais do ensino médio sobre políticas de acesso, ações afirmativas e permanência no ensino superior, evidenciando, sobretudo, a importância na continuidade dos estudos. Buscando algo palpável, o grupo Práxis, no ano de 2015, aplicou um questionário composto por questões abertas e fechadas aos estudantes participantes das oficinas. Assim sendo, esse trabalho fundamenta-se no recorte de uma questão fechada – com indução de resposta - dessa pesquisa referente ao conhecimento, por parte dos pesquisados, sobre política de ações afirmativas para o ingresso na Universidade. Tem-se por objetivo analisar, a partir da pesquisa, se os estudantes possuíam conhecimento prévio sobre a política de ações afirmativas buscando, dessa forma, avaliar a relevância das oficinas propostas pelo grupo PET.

¹ Acadêmica do curso de Licenciatura em História e bolsista FNDE do Grupo PET – Práxis Conexões de Saberes da Universidade Federal da Fronteira Sul- Campus Erechim, E-mail: ellen.silva.nascimento@gmail.com.

² Acadêmico do curso de Licenciatura em História e bolsista FNDE do Grupo PET – Práxis Conexões de Saberes da Universidade Federal da Fronteira Sul- Campus Erechim, E-mail: rovian_palavicini@hotmail.com.

³ Sociólogo (DRT/RS 917). Licenciado e Bacharel em Ciências Sociais (IFCH/UFRGS), Doutor em Educação (PPGEDU/UFRGS). Professor Adjunto da área de Fundamentos da Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS/Erechim - RS) e Tutor do Grupo PET/Conexões de Saberes (Práxis) - Bolsista FNDE. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE) - Mestrado Profissional em Educação e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), E-mail: thiago.ingrassia@gmail.com.

Recolheram-se um total de 497 questionários dentre as cinco escolas onde foram realizadas as oficinas e, dos resultados, 157 (31%) dos pesquisados responderam que já conheciam a política de ações afirmativas, 263 (53%) alegaram conhecer, mas não saber direito do que se trata, 73 (15%) afirmaram não conhecer e 4 (1%) não souberam e/ou não responderam. Portanto, conclui-se que cerca de 68% dos pesquisados alegam não conhecer ou não saber direito do que se trata a política de ações afirmativas mesmo três anos após a lei ser sancionada, o que exprime tanto a omissão de informações por parte dos órgãos responsáveis quanto a importância/relevância das oficinas trabalhadas pelo grupo PET/ Práxis Conexões de Saberes no “fazer chegar” dessas informações.

Palavras-chave: informação. Cotas. Debate. Escola.